

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO: DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO NA ESCOLA

Charles Barros de Figueiredo¹

I - INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é demonstrar o trabalho do Assistente Social na educação através de um plano de trabalho elaborado para ser implementado numa escola do Município do Rio de Janeiro.

Nesta cidade, a Prefeitura municipal no ano de 2007 dá início ao Projeto Rede de Proteção ao Educando (RPE), uma parceria entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Educação na qual prevê a atuação de servidores estatutários assistentes sociais e psicólogos nas escolas da rede pública municipal.

Conforme o documento norteador deste projeto,

A RPE tem como princípio a responsabilização compartilhada, visando uma abordagem de atuação integrada e interdisciplinar de forma a contribuir para uma aproximação da realidade e compreendendo o sujeito em sua totalidade. Assim, o espaço de reflexão e discussão neste formato de rede de atenção psicossocial muito pode contribuir para o fortalecimento de ações das diferentes secretarias, incrementando a política macrofuncional desta prefeitura. (2007, p. 1)

A equipe deve organizar-se de forma a constituir um trabalho que, ultrapassando a lógica do modelo simples de atendimento, possa alcançar um reflexão na perspectiva interdisciplinar.

O diálogo entre os diferentes saberes, psicologia, serviço social e educação deve compor uma nova rede de interrelações não reduzida aos diferentes dispositivos específicos de atendimento ao sujeito, mas integrando ações com o desafio da complexidade que a sociedade nos impõem.

A equipe de profissionais deverá estabelecer com a escola um espaço de escuta e

¹Assistente social da Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro; Mestrando do programa de Pós-Graduação em Política Social e Trabalho da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. e.mail: charlesfig@gmail.com

acolhimento dos impasses e dificuldades escolares que podem se apresentar a partir de situações de violência nas adversas expressões, uso abusivo de drogas, gravidez na adolescência, assim como situações de risco e vulnerabilidade social, reflexos da questão social que perpassam o cotidiano escolar.

O objetivo desse projeto é contribuir para a garantia da educação enquanto direito social preconizado na Constituição Federal em 1988, e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a partir de ações que promovam o acesso, a permanência e o aproveitamento escolar dos alunos das escolas da rede municipal da cidade do Rio de Janeiro, contribuindo na construção de uma educação pública de qualidade, que vise a preparação para o exercício pleno da cidadania, atuando nos diversos fatores sociais e psicológicos presentes no processo de ensino-aprendizagem.

O trabalho do Serviço Social na Educação volta-se para identificar e atender as demandas provenientes da questão social que perpassa o cotidiano do campo educacional.

Sabe-se que a Constituição Federal de 1988 delega aos governos municipais o gerenciamento da educação no que diz respeito ao ensino fundamental. A Assistência Social, na iniciativa de garantir a concreta realização deste direito, volta-se para a promoção da inclusão social de famílias dos alunos matriculados na rede educacional, focalizando, sobretudo, a problemática da evasão escolar.

Defronta-se com os conflitos resultantes da complexa dinâmica da sociedade atual, implica ver o Serviço Social, bem como outras profissões, habilitado para enfrentar o desafio de efetivar a consolidação dos direitos sociais. Na direção de tal pensamento, pretende-se agir tendo na interdisciplinaridade o elemento norteador da prática.

Historicamente, o vínculo estabelecido entre o Serviço Social e a Educação remonta a década de 1930, sendo incentivado nos anos de 1990. Prática social que na educação se constitui, sobremaneira, como área de conhecimento voltada para a emancipação política, social e emocional dos indivíduos, uma vez que possibilita a construção e a socialização de conhecimentos que, certamente, contribuirão para transformá-los em cidadãos conscientes de seus direitos.

Assim sendo, a ação profissional do assistente social, na operacionalização deste objetivo, terá grande valia, pois poderá colaborar junto aos professores e demais educadores para pensar a escola como espaço privilegiado de acolhimento e incentivo a

reflexões e ações sobre a dimensão social.

Em 2009, de acordo com a nova reorientação do trabalho elaborada pela Gerência de Serviço Social na Educação, as atribuições do assistente social na área da educação diz respeito aos seguintes itens:

- > Atendimento e acompanhamento sistemático às famílias e alunos das unidades escolares, colaborando para a garantia do direito ao acesso e permanência do educando na escola;
- > Elaboração de Plano de Trabalho da equipe, contemplando ações/projetos para os diferentes segmentos da comunidade escolar, considerando as especificidades do território;
- > Monitoramento e acompanhamento dos educandos em situação de não frequência e evasão escolar;
- > Elaboração de relatórios de sistematização do trabalho realizado, contendo análises quantitativas e qualitativas;
- > Levantamento dos recursos da área de abrangência e articulação com a Rede Intersetorial;
- > Realização de estudos e pesquisas que identifiquem o perfil sócio-econômico-cultural da população atendida, suas demandas, características do território, dentre outras temáticas;
- > Realização de reuniões de estudos temáticos, oficinas, estudo de casos, envolvendo a equipe da RPE, professores e equipe diretora/pedagógica da unidade escolar;
- > Participação nos espaços dos conselhos de políticas e direitos, fóruns, em especial das áreas da educação, assistência, criança e adolescente e saúde;
- > Fortalecimento da parceria com as equipes dos Conselhos Tutelares, CRAS, CREAS e unidades de saúde para viabilizar o atendimento e acompanhamento integrado da população atendida;
- > Participação semanal em reunião de supervisão, estudo de casos e planejamento.

No município do Rio de Janeiro, os profissionais assistente sociais estão vinculados à Gerência de Serviço Social de Educação da Secretaria Municipal de Assistência Social, que os dividem entre as 10 Coordenadorias Regionais de Educação e de Assistência Social para atuarem junto às escolas. Para essas áreas de gestão, foi criada uma equipe de supervisão técnica pela gerência que acompanha o trabalho de campo através de reuniões semanais.

Neste sentido, a atuação junto aos familiares, professores, alunos se torna premente para garantir o acesso à educação e o ensino de qualidade a esses, assim como desenvolver um trabalho que possa compreender e compartilhar junto ao coletivo escolar formas de lidar com as problemáticas do baixo desempenho escolar.

A relativa ausência do Estado na área da educação nos últimos anos, através da redução das verbas públicas, baixos salários aos profissionais da educação e a concessão da exploração privada nesta área, tem gerado um impacto real na baixa qualidade de ensino a população usuária, que hoje na cidade do Rio de Janeiro se constitui de uma população eminentemente pobre.

A redução do Estado nesta área faz parte de um foco maior e global que se fortalece principalmente na década de 1990: o neoliberalismo.

Nesse contexto,

(...), as propostas neoliberais em matéria de política educacional se orientam pela lógica do mercado, pelas leis da oferta e da procura. A ação do Estado em matéria de educação se reduz a garantir uma educação básica geral, deixando os outros níveis de ensino sujeitos às leis do mercado. Ele se encarregará de premiar as escolas de melhor qualidade, punindo as ineficientes com a restrição da demanda. (BONAMINO, 1993, p. 7)

Dessa forma, o projeto RPE vai de encontro a essa ideologia a partir do momento que os profissionais que estão diretamente a ele vinculados atuam no direcionamento de garantir o direito ao ensino público gratuito e de qualidade, assim como segue um caminho de possibilitar aos sujeitos usuários espaços de reflexões e ações voltadas para o acesso à cidadania, sobre sua existência, a formação de consciência sobre a realidade, assim como problematizar as questões que envolvem a educação na sociedade atual.

II – CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESPAÇO DE TRABALHO

Sob esta ótica, nossa atuação se dá na Escola Municipal Rodrigo de Mello Franco de Andrade, localizada no bairro do Andaraí, que está sob a gestão administrativa da 2ª Coordenação Regional de Educação – 2ª CRE, que coordena todas as escolas localizadas na Zona Sul e Norte dessa cidade.

A escola está incluída no Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) referente à avaliação do ano de 2005, especificamente por baixo desempenho dos alunos do 1º segmento escolar. Por isso faz parte das unidades indicadas pela 2ª CRE para acompanhamento prioritário do trabalho no Projeto Rede de Proteção ao Educando (RPE). Suas atividades pedagógicas e de ensino estão voltadas para o 1º ciclo (3 períodos) e o 2º ciclo educacional (inicial e intermediário).

O público usuário da escola corresponde em grande número aos moradores das Comunidades do Morro do Andaraí e da Comunidade do Morro do Cruz, ambas localizadas no bairro do Andaraí.

Atualmente, estão matriculados nesta unidade de ensino cerca de 370 alunos, sendo destes, 106 fazem parte da relação de beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF).

Inicialmente, nossa inserção na escola pautou-se no conhecimento acumulado que temos dos trabalhos anteriores em outras unidades escolares nos anos de 2007 e 2008, cujas ações se voltaram para as famílias que possuíam alunos em situação de infrequência e evasão escolar e apresentavam baixo desempenho na aprendizagem.

Entrelaçam nesse perfil situações-problemas que perpassam o cotidiano dos alunos que possam estar influenciando o desenvolvimento do ensino na escola, como: violência na família e em geral, desinteresse pela escola, *bullying* entre pares/alunos, baixa estima, desestímulo dos docentes ou falta de professores no acompanhamento junto ao aluno, expressões da questão social (pobreza, trabalho infantil, desemprego, etc.)

Neste sentido, procuramos inicialmente nesta escola realiza vários encontros com o colegiado escolar (direção, professores, funcionários) a fim de apreendermos o cotidiano da escola, assim como traçar estratégias de ações conjuntas e imediatas nas demandas que surgissem.

Assim sendo, analisamos o índice de infrequência da Escola Municipal Rodrigo de

Mello Franco de Andrade computadas no 1º Conselho de Classe (COC), referente aos meses de fevereiro e março de 2009, e constatamos que essa variável está inicialmente ocorrendo em maior número nas turmas do 1º ciclo, especificamente nas turmas 1101, 1102 e 1103. Porém, a escola nos trouxe também como demanda os alunos das turmas 1300, 1400 e 1500, pois entende que estas precisariam de um acompanhamento mais sistemático pelas questões que apresentam como: violência entre alunos, baixo rendimento escolar, comportamento agressivo de alguns alunos.

Porém, acreditamos que há uma necessidade concreta de conhecer as causas que podem estar determinando a infrequência escolar nas turmas do primeiro segmento, por isso decidimos de imediato começar o trabalho por estas turmas.

A hipótese inicial da causa da infrequência apontada pela escola diz respeito à divisão territorial onde esses alunos residem, que é confrontada com as comunidades do Complexo do Morro do Andaraí e a Comunidade do Cruz, ambas localizadas no bairro do Andaraí, onde ocorrem conflitos frequentes de organizações do tráfico de entorpecentes.

Segundo a direção, a escola neste ano de 2009 teve um número de confirmação de matrícula de alunos que moram no Complexo do Morro do Andaraí inferior aos anos anteriores. As famílias moradoras dessa região apontam como justificativa as ameaças a integridade física que os seus filhos podem sofrer no trajeto para a escola, porque essa é localizada na região onde a facção criminosa é contrária ideologicamente. Porém, outra questão que possa estar entrelaçado neste problema é a falta de professores na escola.

Mas, essa hipótese é primária e por isso merece melhor aprofundamento, pois sem a escuta ativa, principalmente, das famílias que estão nesta situação, e da própria escola, o trabalho de observação, assim como o acompanhamento dos alunos, não é possível, neste momento, tirar alguma conclusão sobre a questão da infrequência na escola e baixo desempenho dos alunos.

Por isso, decidimos de imediato atuar nessas famílias especificamente através de atividades de reuniões, atendimentos individuais, visita domiciliar para podermos fazer o diagnóstico das causas da infrequência e evasão escolar.

As atividades serão semanais com grupos de alunos e reuniões de grupo com famílias, conjugadas com outros encontros com o coletivo escolar (direção, professores, outros trabalhadores).

Para desenvolver este trabalho com os alunos dividiremos as turmas em grupos de

no máximo 8 a 10 alunos, um grupo em cada semana para ser executado no mesmo mês.

Primeiramente, os responsáveis pelos alunos serão convidados para participar das reuniões na escola para que sejam orientados e explicado todo o processo, com o objetivo da gradual implicação no acompanhamento dos seus filhos na escola, e ao final dos grupos com as turmas, serão novamente convidados para avaliação das atividades e os resultados obtidos com os alunos.

A Tabela 1 apresenta demonstrativo do quantitativo da infrequência dos 370 alunos na escola:

		TURMAS	FALTAS	1o	2o	3o	4o	5o	6o	7o
	In	1101	13							
		1102	9							
		1103	11							
		1201	9							
1o ciclo	Int	1202	13							
		1203	5							
	F	1301	12							
		1302	13							
		1303	5							
		1304	8							
		1401	9							
2o ciclo	In	1402	6							
	Int	1501	5							
		1502	8							
		total	126	3	1	1	3	2	1	3

* In: período inicial; Int: intermediário; F: final.

Seguindo um planejamento inicial de se trabalhar com a infrequência escolar, efetuamos convocações dos responsáveis da turma 1101 para reuniões na escola. Por não ter comparecido todos os responsáveis que convocamos na primeira reunião, na qual tivemos que fazer dois grupos em horários diferentes, resolvemos fazer novo convite dos faltosos. No dia marcado, não houve aula da professora da turma e, por isso, pode ter influenciado no não comparecimento dos pais dos alunos nesta segunda vez.

Nas duas reuniões que tivemos com os pais da turma 1101, podemos perceber que a infrequência escolar pode estar sendo causada pelo impedimento de ir e vir em consequência da divisão territorial do tráfico de entorpecentes na região.

Porém, as próprias situações peculiares de cada família, como horário de trabalho, doença na família, violência doméstica, etc., podem dificultar levar os seus filhos à escola, já que a grande maioria dos alunos possui entre 06 a 11 anos de idade e necessitam que os responsáveis os acompanhem, ou seja, permanece o sentido da proteção aos seus filhos, e por isso não os deixam ir sozinhos para a escola.

Outro público que temos como possibilidade de acompanhamento são os alunos da turma da Classe Especial, que são inseridos nesta classe por apresentar alguma forma de deficiência: mental, cognitiva.

Efetuamos dois encontros com os responsáveis desses alunos para levantamento de demandas como: necessidades de acompanhamento médico, psiquiatria, psicologia; encaminhamentos a instituições especializadas; identificação de famílias para acesso/acompanhamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF).

Realizamos, também, alguns encontros com a professora da classe para nos ambientar sobre as questões que perpassam o universo desses alunos, assim como sua visão sobre o trabalho que implementa com eles.

Nosso trabalho também tem como recurso a busca ativa das famílias através de visita domiciliares quando o caso acompanhado demande uma intervenção mais sistemática. Porém, lançamos mão desse recurso para atender as famílias que possuem filhos em situação de infrequência escolar e que inicialmente não atendem as convocações para comparecerem na escola.

Com relação ao contexto coletivo de trabalhadores da escola, observamos certa integração no trabalho, das relações interpessoais, um grupo que está junto há um bom período. Demonstra, a princípio, constante sintonia com a questão do aprendizado dos alunos e as problemáticas que envolvem a educação. Não quer dizer que não existam dificuldades neste fazer, ou problemas nas relações de trabalho/família/aluno, apenas que, apesar delas, apresenta possibilidades de um espaço que proporcione discussões, debates e resoluções sob a perspectiva da melhora e desenvolvimento da educação pública e do acesso à cidadania.

III - PLANO DE AÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL RODRIGO DE MELLO FRANCO DE ANDRADE

Apresentação:

O objetivo desta proposta é definir as diretrizes para o trabalho da equipe da Rede de Proteção ao Educando – RPE na E.M. Rodrigo de Mello Franco de Andrade, cujo foco será a atuação junto aos diversos segmentos da comunidade escolar, porém focalizando os alunos que estejam em situação de vulnerabilidade social e infrequência escolar.

Público Alvo:

Alunos que estão em situação de infrequência e evasão escolar, além dos que apresentam suspeita de maus tratos, vulnerabilidade social, abuso e exploração sexual, trabalho infantil².

Principais Estratégias:

- Fazer levantamento e acompanhamento do quantitativo de baixa frequência dos alunos com mais de 25% de faltas, que podem corresponder ao acompanhamento de usuários do Programa Bolsa Família, dentre outros que não são beneficiários, para formular formas de prevenção à evasão escolar, cuja estratégia é fazer o acompanhamento sistemático das famílias e dos alunos do 1º segmento do ciclo escolar³.

Este acompanhamento será feito de acordo com a listagem de infrequentes

² Numa primeira observação e reuniões com o coletivo escolar esta demanda parece ser uma hipótese que seria a causa primária da infrequência escolar, assim como impacto negativo na questão do ensino e aprendizagem.

³ Observamos que, nesta escola, os alunos que estão em situação de infrequência escolar e são beneficiários do Programa Bolsa Família grande parte estão no primeiro segmento de ensino. Neste sentido, estaremos abrangendo também as famílias que possuem filhos na faixa etária até 10 anos e nesta fase de ensino.

registrada em cada Conselho de Classe. Assim poderemos mensurar os resultados desses períodos da redução ou não da infrequência escolar.

- Fazer o levantamento do quantitativo de evasão escolar neste ano de 2009, e a possibilidade de articulações (2º CRE, escolas municipal) e visitas domiciliares para retorno dos alunos evadidos.
- Elaboração de Mural com informações sobre a Rede de Proteção ao Educando, Programa Bolsa Família, bem como outros projetos relativos à Secretaria Municipal de Assistência Social, à Secretaria Municipal de Educação, à Secretaria Municipal de Saúde, dentre outras.
- Participar dos Conselhos de Classe e Centro de Estudos com a finalidade de discutir com os professores sobre as suas dificuldades em relação à execução de seu trabalho, os problemas e sucessos do processo de ensino e aprendizagem, a relação do professor e o aluno, troca de experiência e articulações do trabalho do RPE na escola, dentre outros assuntos.
- Articulação com a rede de assistência social e órgãos de saúde pública para encaminhamentos de casos que necessitem acompanhamento e atendimento de serviços públicos.
- Articulação com rede de instituições filantrópicas, ONGs, e outras organizações, para inserção dos alunos em atividades extra-escolar que visem o aprimoramento físico-mental-cognitivo.
- Participação em fóruns de discussão (seminários, congressos, palestras, etc.) sobre a temática da educação e outros assuntos que dizem respeito a questão social e ao aprimoramento e o conhecimento profissional, como: políticas públicas, direitos sociais, grupos de trabalhos, fóruns e conselhos de saúde, assistência social e previdência social, cursos de extensão e capacitação profissional.

Atividades:*A) Projeto Proteção Criança e Adolescente:*Objetivo:

Promover um espaço de reflexão compartilhada para os alunos das turmas que estão em situação de infrequência escolar da Unidade Escolar (UE) (1101, 1103, 1202, 1302, 1301, 1304) sobre o universo escolar, familiar e comunitário, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoal e da aprendizagem, assim como prepará-lo para o exercício da cidadania e qualificação para o mercado de trabalho.

Metodologia:

Realização de oficinas de reflexão sobre temas sugeridos pelos alunos, para estimular a participação e o protagonismo juvenil, através de metodologia participativa, com a utilização de técnicas de dinâmica de grupo, vivências, rodas de conversa, debates, dentre outros recursos, com uma hora de duração. As turmas serão divididas em grupos de 10 a 15 alunos.

Ressaltamos que faremos, inicialmente, reuniões com os pais dos alunos das turmas, visando esclarecê-los sobre a proposta de trabalho com seus filhos, informações sobre o RPE, assim como fazer levantamento das demandas que surgirem durante as reuniões, mas principalmente uma possibilidade de fortalecer o fluxo pais/escola.

Ao final das atividades com as turmas estaremos realizando encontros com os professores de referência desses alunos para expormos os resultados dessas oficinas, com intuito, juntos (professores, coordenação pedagógica, direção escola), pensarmos e repensarmos formas de lidar com as problemáticas do ensino aprendizagem.

B) Projeto Família x Escola:

1) Família Representante:

Objetivo:

Promover reuniões com os responsáveis representantes das turmas da U.E., visando fortalecer a relação Família x Escola e efetivar o papel da representação dos familiares no espaço escolar, considerando a perspectiva de uma ação multiplicadora.

Metodologia:

Realização de reuniões mensais com os responsáveis representantes de todas as turmas da U.E., através de técnicas que estimulem a participação cidadã, visando fortalecer a questão da representatividade junto à escola como espaço coletivo, sobre as questões referentes ao desempenho escolar dos alunos e à relação ensino x aprendizagem.

A intenção é fazer com que se possa formar grupos de famílias com autonomia para conduzir as discussões e decisões referentes ao universo escolar junto com o corpo docente, direção da escola e trabalhadores da instituição.

2) Programa Bolsa Família e Prevenção à infrequência e a Evasão Escolar:

Objetivos:

- Trabalhar as questões problemas que possam estar influenciando o baixo rendimento escolar do aluno através das observações (falas espontâneas) dos responsáveis, colher sugestões para a melhoria do ensino e criar uma rotina de aproximação dos pais junto à escola.
- Fornecer orientações gerais sobre o programa Bolsa Família, esclarecimentos sobre a manutenção do benefício e também identificar a autonomia familiar (porta de saída).

- Encaminhamentos aos Centros de Referências em Assistência Social (CRAS), de acordo com o local de moradia, para acompanhamento familiar.
- Identificar as famílias que estão em situação de descumprimento de condicionalidade da educação, notificá-las e orientá-las para a possibilidade de se fazer o recurso para justificativa da sanção recebida por infrequência.

Metodologia:

- Reuniões com as famílias responsáveis pelos alunos que estão em situação de baixa frequência e evasão escolar, bem como os alunos que apresentam baixo desempenho escolar.
- Reuniões periódicas com as famílias usuárias do Programa Bolsa Família para acompanhamento familiar, encaminhamentos e outras solicitações.

3) Classe especial:

Objetivo:

Promover reuniões e atendimentos aos responsáveis dos alunos da Classe Especial para acompanhamento do ensino e aprendizagem do aluno na escola, visando, junto à 2ª CRE e escola, a avaliação periódica do aluno para permanência ou não nesta classe.

Fazer levantamento de demandas específicas da família e do aluno, como: atendimento médico especializado, fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia, necessidade de inclusão/manutenção em programas sociais (Benefício de Prestação Continuada, Programa Bolsa Família).

Metodologia:

Atendimentos individuais aos responsáveis dos alunos para conhecer as suas condições e sua história de vida, orientá-las e construir com ela possibilidades de compreensão e de ação diante de suas vulnerabilidades e potencialidades.

Reuniões de grupo com famílias quinzenais, ou de acordo com suas possibilidades, para circulação de informações, a escuta e orientação, promoção de reflexão sobre as relações familiares e comunitárias, o desenvolvimento de capacidades das famílias diante de suas dificuldades em lidar com as questões reais de seus filhos (doença mental, portadores de necessidades especiais, baixo rendimento cognitivo, etc.).

IV - Recursos Necessários:

- TV com DVD ou VHS, vídeos educativos, Aparelho de Som, CDs de música, material de consumo (canetas, lápis pretos e de cor, caneta pilot, papel pardo, papel ofício etc.), xérox de materiais para serem distribuídos aos participantes das oficinas e reuniões, disponibilidade de mural, etc.

V - Cronograma:

A ser definido pela equipe assistente social e psicologia

VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O plano de ação acima não é um modelo geral a ser implementado no trabalho dos assistentes sociais nas escolas do município do Rio de Janeiro. Ele foi elaborado especificamente por nós para ser executado na escola a qual nos referimos neste artigo. Porém, segue as diretrizes e objetivos gerais do Projeto Rede de Proteção ao Educando nesta cidade, determinados pelos órgãos que compõem a estrutura de sua gestão, a Secretaria Municipal de Assistência Social e a Secretaria Municipal de Educação.

Um das delas diz respeito a prevenção a infrequência e evasão escolar, problemáticas que assolam o aprendizado e a permanência dos alunos na escola, mas que representa um dado real frente a necessidade da escola atualmente ter que criar novos mecanismos para que essa prática possa ser contornada.

Isso subentende a escola ser mais atrativa e interessante para os alunos, pois ela

tem que disputar com outras opções que a sociedade dispõe para os jovens, negativas ou positivas, que os fazem desistir de seguir uma trajetória de conhecimento e formação humana.

A infrequência escolar gradualmente gera o baixo rendimento escolar, o aluno não acompanha o aprendizado e se vê a margem de outros que conseguem um aproveitamento melhor. O resultado é a ficar numa classe de reforço escolar ou realfatação, mas também acaba se evadindo da escola. Mas não é só isso.

Os professores estão desestimulados a praticarem o que de melhor fazem: transmitir conhecimento e formar cidadãos para viverem em sociedade. Isso por vários motivos: falta de profissionais (de apoio e de professores), baixos salários, ter que se dividir com outro vínculo de emprego. O que ensinam parece não atrair ou não é apreendido pelos alunos.

A formação educacional que tiveram não está sendo compatível com as mudanças que a sociedade atualmente exige, principalmente com a ampliação do acesso ao ensino público, que de certa forma fez com que o público escolar crescesse em números.

O que vemos nas escolas, nas salas de aulas, são um palco de conflitos. Professores e alunos em iminentes contradições de relações. Há exceções, evidentemente.

O trabalho do assistente social na área da educação se confronta com estas questões, porém entendemos que não seremos nós que resolveremos esses problemas, apesar de haver expectativas que isso aconteça.

A nossa contribuição é construir junto com o coletivo escolar formas de lidar com os entraves e criar soluções nas quais a educação convive atualmente. E isso perpassa que a instituição escola possa se questionar sobre qual o projeto de educação pretende implementar para os seus alunos, ou seja, um modelo hegemônico de educação simplesmente para o mercado de trabalho ou de formadores de cidadãos conscientes e conhecedores de sua existência na sociedade.

O RPE é um projeto ainda em construção e acreditamos que pode ser um modelo da atuação interdisciplinar do serviço social e psicologia nas escolas, que possa fazer parte de mudanças que caminhem em direção a esta última alternativa, mas isso depende, primeiro, de uma intenção clara e política de reestruturação no modelo de educação neste país.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAPIA. **Abuso sexual**: por que?! quem?!, o que?! - mitos e realidade. Coleção Garantias de Direito. n. 3. Petrópolis: Ed. Autores & Agentes & Associados., 1997.
- ALMEIDA, N. T. de et al. O serviço social e a educação. Rio de Janeiro. **Em Fardo**, Revista do Conselho Regional de Serviço Social – 7a região, n. 3. 2006.
- BONAMINO, Alicia. **Contribuições para estudos de política educacional**. Trabalho apresentado no GT “Estado, política e educação, na 16a Reunião Anual da ANPED, Caxambu, Minas Gerais, Setembro de 1993. Mimeo.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** – Lei n. 8.069, de 13.07.1990.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** – Lei n. 9.394, de 20.12.1996.
- _____. **Lei Orgânica da Assistência Social** – LOAS – Lei n. 8742, de 07.12.1993.
- _____. **Orientações para o acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS**. Sec. Nac. de Assist. Social – SNAS/ Sec. Nac. de Renda de Cidadania- SENARC. MDS/Brasília. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 20.jan.2009.
- _____. **Política Nacional de Assistência Social- PNA**. Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004 (DOU 28/10/2004). Brasília, 2004.
- _____. **Programa Bolsa Família** – PBF. Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004.
- _____. **Sistema Único de Assistência Social** – SUAS. Brasília, 2003.
- KRUNG, Andréa Rosana Fetzner (org.). **Ciclos em revista**: a construção de uma outra escola possível. Vol. 1. Rio de Janeiro: Ed. Wak.. 2006.
- MAGALHÃES, Elisa. **Deficiência mental/intelectual**: desafios e possibilidades. Instituto Helena Antipoff/SME-RJ. 2008. Mimeo.
- RIO DE JANEIRO. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. **Documento norteador do Projeto Rede de Proteção ao Educando**. Instituto Helena Antipoff/SME/SMAS/RJ. 2007. Mimeo.
- _____. Secretaria Municipal de Educação/SME-RJ. **Brincadeiras que incomodam**: pontos a considerar quando as relações entre crianças passam dos limites e causam danos morais. Nós da Escola. SME. RJ. N. 63/2008.